

O INTERCÂMBIO DE BOAS PRÁTICAS ENTRE GOVERNOS SUBNACIONAIS LOCAIS BRASILEIROS

Aluna: Alexandra de Sá Pereira M. Teixeira

Orientadora: Mónica Salomón

Introdução

Assistimos nas últimas décadas a uma crescente atuação externa por parte de governos subnacionais em todo mundo. O presente trabalho de pesquisa se insere na reflexão sobre o protagonismo externo dos governos subnacionais, partindo de um olhar da disciplina de Relações Internacionais. O objeto de estudo desta pesquisa é examinar uma forma específica de atuação internacional das unidades subnacionais: o intercâmbio internacional de boas práticas, com um foco específico no caso brasileiro.

A chamada *paradiplomacia*, ação externa dos governos não centrais que ocorre em paralelo com a diplomacia institucionalizada, não é um fenômeno homogêneo. “É um campo onde há formas difusas de atuação e onde os limites legais não são precisos” (Vigevani, 2006, p.131). As possibilidades de atuação internacional dos governos subestatais são múltiplas, dentre elas: atração de investimentos estrangeiros diretos; cooperação técnica; promoção comercial; projeção de imagem no exterior; intercâmbio cultural (Barreto, 2005, p.6).

Segundo Silva (2008), a promoção econômica e a cooperação política e técnica são os campos que mais motivam os estados e municípios a buscarem atuarem internacionalmente (Silva, 2008, p.10). A autora também aponta que no caso do Brasil, as áreas de atuação escolhidas pelas unidades subnacionais geralmente são aquelas de baixa política, que não envolvem embate com as competências do governo central (Silva, 2008, p.19-20). É a cooperação técnica através do intercâmbio de boas práticas, promovido por governos locais brasileiros, o foco deste trabalho de iniciação científica.

A definição de “boas práticas” que será utilizada nesse artigo se baseia na conceitualização desenvolvida por Kern (2007) e Bulkeley (2006). Boas práticas são entendidas como instrumento de “governança voluntária” que pode ser transferido. É voluntário porque os atores que o adotarão não podem ser forçados a fazê-lo. Segundo Kern, a transferência de boas práticas é baseada em uma abordagem voluntária e não obrigatória (*binding*). A construção da boa prática envolve uma série de controvérsias, já que os atores que participam de sua formulação possuem diferentes interpretações sobre o problema político em questão e suas possíveis soluções (Kern, 2007, p.3, 5-6).

A pesquisa sobre o conceito de boas práticas somada à busca por uma análise de sua prática como estratégia de inserção internacional dos governos subnacionais, inspiram a pergunta do presente trabalho de iniciação científica. Esse pesquisa busca responder a seguinte pergunta: *por que as cidades buscam o intercâmbio internacional de “boas práticas”?*

Para articular uma resposta à pergunta, primeiramente, será feita uma breve contextualização das transformações internacionais, estatais e locais que impulsionaram um aumento das ações externas dos governos subnacionais nas décadas recentes. Como aponta Barreto (2005), o aumento do protagonismo externo subnacional pode ser explicado pelas mudanças ocorridas no Sistema Internacional, dentro dos próprios Estados nacionais e no plano das próprias localidades (Barreto, 2005, p.5).

Na terceira seção, será desenvolvida uma análise conceitual da cooperação técnica

com ênfase no intercâmbio de boas práticas. Em seguida, será elaborado o estudo de caso da cidade de Belo Horizonte, que busca mapear as iniciativas desenvolvidas pela cidade e promovidas no exterior em torno do tema das boas práticas. A escolha do estudo de caso de Belo Horizonte (BH) se deu pela grande destaque que as boas práticas elaboradas pela cidade adquirem no cenário internacional. Dentre elas estão o “Foro de Saúde Mental de Belo Horizonte”, a “Associação de Recolhedores de materiais recicláveis”, o “Programa Municipal para a Regularização de Assentamentos Precários”, a “Intervenção em Zonas de Especial Interesse do Plano Social Global” e o “Orçamento Participativo”. Na quinta e última parte do artigo serão apresentadas as conclusões.

A hipótese articulada e que será testada ao longo da elaboração da pesquisa é que: *A exportação de boas práticas promove internacionalmente a imagem da cidade. Essa promoção atrai novas oportunidades de protagonismo e atuação internacional, com: investimentos públicos e privados, promoção comercial e visibilidade política ao prefeito a partir de sua participação em redes de cidades.*

Referências Bibliográficas:

1. BARRETO, M. A inserção internacional das cidades enquanto estratégia de fortalecimento da capacidade de gestão dos governos locais. X Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 18 - 21 Octubre, 2005.
 2. BULKELEY, H. Urban sustainability: learning from best practice? *Environmental and Planning*, v.38, 2006, p.1029-1044.
 3. KERN, K. Governing Transnational Networks: Best Practice Transfer, Benchmarking and Certification. Paper presented at the annual meeting of the International Studies Association 48th Annual Convention, Hilton Chicago, CHICAGO, IL, USA, February 28, 2007. Disponível em: <http://www.allacademic.com/meta/p180278_index.html>. Acesso em: 10 de junho de 2009.
 4. SILVA, A.; Salomón, M. (Orientadora). A atração de recursos externos por unidades subnacionais brasileiras pós Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro, 2008. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- VIGEVANI, T. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais – estados e municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.21, nº62, 2006, p.127-169